

Duquesne University

## Duquesne Scholarship Collection

---

General Chapters

Rule of Life and Chapter Documents

---

2020

### General Chapter 2020: Instrumentum Laboris (Portuguese)

The Spiritan Congregation

Follow this and additional works at: <https://dsc.duq.edu/spiritan-gc>

---

# **INSTRUMENTUM LABORIS**

**Licheñ 2020**

"Vejam, vou fazer algo de novo" (Is 43, 19)

XXI CAPÍTULO GERAL





## Sumário

Apresentação .....	3
--------------------	---

### RESUMO DAS RESPOSTAS DA SEGUNDA CONSULTA

#### A) SÍNTESE DA 2ª CONSULTA

1. A MISSÃO ESPIRITANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO .....	5
2. FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUA PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA....	10
3. A COMUNIDADE INTERCULTURAL PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA ...	12
4. ESPIRITUALIDADE DA MISSÃO CONTEMPORÂNEA .....	15
5. NORMAS PROFISSIONAIS E ÉTICAS DO MINISTÉRIO CONTEMPORÂNEO....	17
6. FINANÇAS PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA.....	19
7. ORGANIZAÇÃO DA MISSÃO CONTEMPORÂNEA .....	22
8. PROPOSTA DE REVISÃO DA REGRA DE VIDA .....	24

#### B) CONCLUSÕES DAS REUNIÕES INTERNACIONAIS

9. FÓRUM SOBRE DIÁLOGO INTERRELIGIOSO, Zanzibar, 3-9 de dezembro de 2018.....	25
10. COMITÊ DE ESPIRITUALIDADE ESPIRITANA, Roma, 31 de maio a 1 de junho de 2019 .....	30
11. REUNIÃO DE FORMADORES, Dakar, 25 de junho a 4 de julho de 2019 .....	33
12. AS PROPOSTAS DO GRUPO DE REFLEXÃO SOBRE A PROTECÇÃO PARA O CAPÍTULO GERAL 2020 27-28 de Maio de 2019 .....	39



## APRESENTAÇÃO

O principal objetivo deste *Instrumentum Laboris* é listar os principais temas da segunda consulta e das reuniões espiritanas, disponibilizá-los aos confrades e leigos espiritanos em geral e, em particular, aos delegados do XXI Capítulo Geral, que será realizado em Lichen, Polónia. Todos podem encontrar aqui uma fonte importante de reflexão, debate, estímulo e ação. De facto, o que ele conhece e que o comitê de redação deste documento identificou como um desejo a realizar, é a escuta permanente da Palavra de Deus sempre criativa e das vozes daqueles que esperam e aspiram a um mundo melhor (ver *Oração para o XXI Capítulo Geral*).

Em cada dossiê apresentado, três perguntas serviram como texto de base para nossa abordagem geral: Onde estamos como Congregação, sete anos depois de Bagamoyo? O que queremos ser como Congregação fiel ao nosso carisma? O que devemos fazer para chegar onde queremos estar? Claramente, isso é para destacar três ideias principais correspondentes às perguntas: 1) as realidades da Congregação hoje, 2) o ideal para o qual somos chamados a viver como espiritanos, 3) as propostas ou meios específicos à nossa disposição.

São sete os temas principais que compõem o documento:

- A missão espiritana no mundo contemporâneo,
- Formação inicial e contínua para a missão contemporânea,
- A comunidade intercultural para a missão contemporânea,
- Espiritualidade para a missão contemporânea,
- As normas profissionais e éticas do ministério contemporâneo (proteção de menores e pessoas vulneráveis, responsabilidade financeira, etc.),
- Finanças para a missão contemporânea,
- A organização da missão contemporânea.

Além desses sete temas, devemos acrescentar as propostas de revisão da Regra de Vida e as conclusões de recentes reuniões internacionais (diálogo inter-religioso em Zanzibar, espiritualidade espiritana em Roma, formação em Dakar e Proteção de Menores e Adultos Vulneráveis em Roma). O relatório do Superior Geral e de seu conselho e o do ecónomo geral também constituem um apoio considerável a vários assuntos que afectam a vida da Congregação e sobre os quais os capitulantes terão que procurar refletir e decidir.

Agradecemos a todos os que participaram do processo de consulta iniciado pelo Conselho Geral. Este *Instrumentum Laboris* pode servir de base para a reflexão e o intercâmbio, permitindo que os delegados falem e discutam com os confrades e associados leigos que representam no Capítulo. Estamos todos a trabalhar nesta obra, e só teremos sucesso se nos abirmos ao Espírito que faz novas as coisas (Is 43,19).

A comissão de redação:

Marc Whelan  
Jean-Claude Angoula  
Emeka Nzeadibe  
Pedro K. Iwashita



## A) SÍNTESE DA 2ª CONSULTA

---

### 1. A MISSÃO ESPIRITANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

*“O esforço de proclamar o Evangelho aos povos de nosso tempo, exaltado pela esperança, mas ao mesmo tempo frequentemente trabalhado pelo medo e pela angústia, é sem dúvida um serviço à comunidade de cristãos, mas também para toda a humanidade” (Paulo VI, Evangelii Nuntiandi, 1).*

A missão ou a ação evangelizadora da Igreja, entendida como anúncio das boas novas de Jesus Cristo a toda a humanidade e, por seu impacto, a transformação do interior, a construção da nova humanidade mesma (Is 43, 19) (*Evangelii Nuntiandi*, 18), está relacionada com o mundo, a nossa humanidade e a vida concreta de homens e mulheres.

As nossas circunscrições espiritanas, como todas as estruturas e instituições da Igreja universal, sustentam constantemente essa definição sinodal de missão. Como tal, e no momento em que toda a Igreja é convidada a refletir, rezar e agir, por ocasião do centenário da publicação da Carta Apostólica de Bento XV *Maximum Illud* sobre a Missão (30 de novembro de 1919), a principal preocupação das respostas à missão espiritana no mundo contemporâneo é a unidade entre a proclamação do Evangelho e a vida humana, um anúncio dirigido a homens e mulheres e comprometido com o bem-estar integral. A missão está íntima e inseparavelmente unida ao mundo, no sentido em que é exercida no mundo. Devemos entender a missão como elo entre a Revelação, a vida dos seres humanos e o mundo, como uma realidade multiforme que diz respeito à vida quotidiana e às situações humanas, sócio-políticas, económicas e culturais e deve estar localizado “na história viva que nos acolhe e nos empurra para a frente” (Papa Francisco, *Evangelii Gaudium*, 13).

#### 1.1 CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

a) O mundo contemporâneo é caracterizado por uma grande diversidade de situações políticas, económicas, sociais, culturais e religiosas. Entre elas, podemos citar:

- Pluralismo cultural, religioso e político;
- Regimes políticos ditatoriais;
- Secularização;
- Escândalos na Igreja;
- Organizações religiosas integristas ou fundamentalistas;
- Migração de povos, refugiados;
- A ascensão do populismo;
- Pobreza nas cidades e nos campos;
- Divisões sociais;
- Conflitos sociopolíticos;
- Famílias em perigo;
- Jovens desempregados;



- Movimento de luta pelos direitos humanos, liberdades individuais e integridade da criação; etc.

Devido às especificidades de cada missão, essas características diferentes não são experimentadas na mesma medida pelos confrades designados para o campo da missão.

- b) Devido à diversidade de pessoal missionário nas Circunscrições, a Congregação tem os recursos para responder à missão que o mundo contemporâneo precisa. Mas, à parte, algumas circunscrições reclamam do declínio do pessoal missionário, enquanto outras vêem o seu número aumentar. Além disso, a falta de meios financeiros e materiais e de pessoal dificulta a manutenção de alguns postos de missão.
- c) Desde o último Capítulo Geral de Bagamoyo 2012, a Missão Espiritana continua a diversificar-se. Actualmente, as diferentes inserções reflectem a diversidade de compromissos missionários:
- Animação missionária;
  - Presença na periferia das cidades;
  - Presença em áreas rurais;
  - Compromissos com migrantes e refugiados, migrantes sem documentos, sem-abrigo, jovens, mulheres e adultos em dificuldade, prisioneiros e doentes em hospitais;
  - Primeiro anúncio do Evangelho;
  - Testemunho da vida cristã em ambientes onde a Igreja é uma minoria;
  - Relacionamentos com crentes de outras Religiões;
  - Ecumenismo;
  - Fundação e acompanhamento de comunidades cristãs;
  - Participação no desenvolvimento integral e promoção de pessoas que vivem em condições precárias;
  - Serviço nos media;
  - Serviço educacional através da presença em escolas e universidades;
  - Promoção da justiça e paz;
  - Ecologia integral;
  - Defesa de menores e pessoas vulneráveis;
  - Compromisso com a formação de leigos e com a formação inicial; etc.
- d) Os vários compromissos dos espiritanos no mundo revelam muitos rostos da missão e reflectem as teologias ou paradigmas missionários de toda a Congregação (RVE 13.1): a missão como
- Anúncio em ambientes de primeira evangelização;
  - Presença e diálogo inter-religioso;
  - Inculturação;
  - Justiça, paz e integridade da criação;
  - Comunicação;
  - Fundação de comunidades e acompanhamento de pessoas cristãs em situações sociais difíceis;
  - Formação e educação.

- e) A missão espiritana, como a de toda a Igreja, vive num mundo em constante mudança. A maioria das respostas para os desafios da missão no mundo contemporâneo exige um bom conhecimento do mundo em geral e do ambiente em que trabalhamos em particular.
- f) O “Plano Estratégico Missionário” (Bagamoyo 1.9) não foi desenvolvido por todas as circunscrições.
- g) O nosso estilo de vida e compromissos missionários nem sempre correspondem ao que é prescrito na RVE 12, 13, 14 e 17.
- h) Na maioria das Igrejas locais, somos bem-vindos. Noutros contextos, particularmente nas igrejas onde estamos há muito tempo, pode ser necessário repensar a nossa forma de presença.
- i) As prioridades missionárias não podem ser as mesmas em todos os lugares. Os seus princípios são de natureza geral, enquanto a sua implementação no terreno depende dos meios disponíveis para as províncias e grupos. O contexto em que os membros se encontram é crucial para definir as suas prioridades missionárias.
- j) A presença na educação - escolas espiritanas - é forte em algumas circunscrições e fraca noutras. O dossiê “missão como educação” (Bagamoyo 1.29) parece ter sido interpretado pelos primeiros no sentido de uma educação formal (jardins de infância ou pré-escolas, colégios, escolas secundárias e universidades) mais do que sentido de uma educação em geral e da educação informal (pessoas marginalizadas, crianças de rua, aqueles que estão excluídos da escola ...). O exemplo de Poullart des Places com os pequenos limpadores de chaminés, os ‘Savoyards’, nem sempre é seguido.
- k) O mundo está em rede pelos media e redes sociais. Assim, os meios de comunicação - imprensa, rádio, televisão, internet ... - estão a serviço da missão. Mas isso não constitui prioridade missionária em muitas circunscrições.
- l) O compromisso missionário de alguns confrades nem sempre está relacionado com a circunscrição onde estão nomeados. Há quem se comprometa com os bispos ou dioceses sem a aprovação prévia do superior de circunscrição. Outros trabalham “sozinhos” e não prestam contas ao Superior da circunscrição acerca daquilo que fazem.
- m) Missão e duração da missão andam de mãos dadas. Alguns confrades deixam seu o país de missão mais cedo ou mudam a sua nomeação com demasiada frequência. Essa instabilidade não cria uma visão missionária de longo prazo para a circunscrição ou para a missão local.
- n) Vários problemas nos impedem de realmente nos situar na especificidade da missão espiritana: a maneira de entender a missão e o sacerdócio ministerial - clericalismo e poder; a falta de entusiasmo de jovens e mais velhos para aceitar partir para outro lugar; o acolhimento; preconceitos desfavoráveis sobre aqueles que pedem para ir à missão noutro lugar (missão *ad extra*); derrotismo quando alguém se vê como um “tapa-buracos”; a dispersão ou falta de uma visão comum da missão; a confusão entre o estilo de vida espiritano e o estilo de vida diocesano.
- o) Às vezes somos constrangidos ou condicionados por emergências e planos de acção pastoral das igrejas locais, o que impede que as circunscrições estabeleçam as suas próprias orientações missionárias.

- p) Devido às rápidas mudanças no mundo - mudanças nos valores culturais, desenvolvimento económico e suas consequências, mudança política e seu impacto - as visões de Igreja e da sua actividade também estão mudando. Na missão, não se trata de ser revolucionário ou ser mandado pelo ritmo do mundo. Estamos “no mundo sem ser do mundo” (Jo 17,1). Não se trata de permanecer preso aos métodos do passado - “sempre fizemos assim” - mas de ter uma abordagem criativa e relevante, estar atualizado, ser flexível, ter liberdade de ser e de fazer.
- q) A missão, para a maioria das circunscrições, ainda se limita às paróquias onde se faz a pastoral clássica: catequese de crianças e adultos; administração dos sacramentos; acompanhamento de grupos, movimentos de ação católicos e comunidades eclesiais de base; etc. Definir a missão por uma única categoria de atividades é fecha-la numa visão única, o que a empobrece.

## 1.2 PROPOSTAS

- a) Reavaliar a nossa presença nos postos da missão quando as circunstâncias mudarem ou quando a equipa missionária for precária. Com base em critérios claros e objetivos - meios financeiros, recursos humanos, trabalho realizado (veja a parábola do servo inútil em Lc 17,5-10) - é urgente dizer o que realmente guardar: comunidades internacionais, paróquias nas periferias, missão em situação de diálogo intercultural e inter-religioso, centros de espiritualidade, etc.
- b) Como o Papa Francisco nos convida, ousar sair para “as periferias geográficas e existenciais” e encontrar os homens e mulheres no ambiente em que trabalhamos. Isso significa que, como Espiritanos, precisamos de:
- frequentar os lugares significativos para a missão;
  - questionar as causas da pobreza, migração e deslocamentos dos povos;
  - promover a solidariedade humana em todas as situações em que nos encontramos;
  - estar presentes entre os marginalizados da nossa realidade local - prisioneiros, excluídos, doentes, etc. ;
  - estar disponível para atender a homens e mulheres em dificuldade, especialmente jovens em contextos de crise multifacetada (ver Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christus vivit*, 72-80).
- c) Escolher compromissos missionários que testemunhem o nosso carisma (RVE, 14-15), caminhando, em comunidade e em comunhão com as Igrejas locais, e concentrando-nos numa missão comum.
- d) Assinar ou renegociar contratos com dioceses e outros parceiros da missão. Devemos continuar a trabalhar com eles sem confusão, mas em complementaridade, colaboração e reconhecimento mútuo de nossa diversidade.
- e) Ter o privilégio de trabalhar em colaboração com outros actores da missão (congregações religiosas, parceiros de desenvolvimento ...).
- f) Continuar a despertar em cada confrade a importância e a paixão do diálogo no nosso mundo de hoje. Conforme recomendado pelo Fórum de Zanzibar de 2018, o diálogo inter-religioso deve “fazer parte do plano estratégico missionário de cada circunscrição” (# 15).
- g) Desenvolver algumas atitudes e convicções missionárias:

- estar atento à cultura do contexto em que vivemos;
- analisar as situações dos povos e comunidades pelas quais somos responsáveis, abrir –se às suas ideias e expectativas, ouvi-las;
- colocar no centro da missão não o ministério sacerdotal, mas um ministério aberto e integrado fora de nossas “zonas de conforto e segurança”, sempre disposto a atravessar fronteiras de todos os tipos, sem preconceitos ou parcialidades.

Assim, o anúncio deve permanecer no centro de nossa missão, especialmente na sua dimensão diaconal. Tudo isso requer discernimento no Espírito.

- h) Adaptar o nosso estilo missionário às situações em que nos encontramos, porque não existe uma missão definida de uma vez por todas, mas a missão é pensada e renovada para responder aos novos objetivos da Congregação, através de suas províncias e grupos.
- i) O carisma espiritano é um, mas é expresso de várias maneiras no campo missionário pelos confrades. Dentro da mesma circunscrição, é necessário diversificar os compromissos missionários para que os carismas dos confrades também possam ser expressos.
- j) Definir de maneira clara e precisa os recursos humanos, financeiros e materiais da missão espiritana hoje. Para isso, a implementação do “plano estratégico missionário para cada circunscrição” decidido em Bagamoyo deve continuar.
- k) Que cada circunscrição estabeleça uma equipa de confrades com perfis diversos, que serão responsáveis para refletir e publicar regularmente sobre questões missionárias hoje e integrá-las aos programas de educação inicial e continuada.

### **1.3 AVANÇAR NA REFLEXÃO DA MISSÃO ESPIRITANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

- a) Para tomar a sério os desafios actuais da missão, o Capítulo Geral deve responder a uma série de perguntas, incluindo:
  - Quais são os critérios para uma missão espiritana hoje em dia?
  - Quais são os lugares significativos para exercer a nossa missão “de acordo com nossa própria vocação” (RVE13)?
  - Como sair da dinâmica diocesana para inventar outras formas de trabalhar?
  - Como articular a referência a “um projeto missionário comum” (RVE 184) e levar em conta as questões específicas de cada continente ou país?
- b) Como muitas dioceses e congregações religiosas hoje, estamos situados na lógica da colaboração e comunhão eclesiais. Assim, além da “organização colegial” das Circunscrições (RVE 184), as nossas províncias e grupos fazem parte das unidades de pastoral ou conferências das Igrejas locais, cujo objetivo é realizar uma pastoral de conjunto.
  - O que devemos fazer para avançar na colaboração?
  - Quais são os principais eixos de uma “eclesiologia de comunhão”?

## 2. FORMAÇÃO INICIAL/ FORMAÇÃO PERMANENTE PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA

*“Sem desvalorizar a preparação académica, a formação espiritana dará forte ênfase à preparação dos candidatos à missão de evangelizar os pobres” (Bagamoyo 3.4).*

### 2.1 FORMAÇÃO INICIAL

A formação inicial não pode ser improvisada e exige planeamento a longo prazo, bem como formação adequada para acompanhar os candidatos. Para se ter um equilíbrio saudável no programa de formação, as dimensões espiritual e humana, especialmente nas fases iniciais do programa de formação, não devem ser sacrificadas devido a exigências académicas ou outras impostas aos candidatos. Como existem diferentes maneiras de viver a vocação espiritana (Sacerdote, Irmão, Leigo Associado Espiritano), é importante que cada um seja formado adequadamente, de acordo com a sua vocação na Congregação.

### 2.2 FORMAÇÃO PERMANENTE

A formação permanente dos religiosos missionários e sacerdotes é de uma necessidade vital no mundo contemporâneo. Tanto a Regra de Vida Espiritana (142-147) como o Guia para a Formação Espiritana (76-106) fazem uma série de referências e dão orientações quanto à sua realização. Nos momentos de transição, quer da vida quer do ministério, deve ser dada uma atenção particular aos confrades. (cf. GFE 93). Consciente também de que muitos confrades podem encontrar sérias dificuldades, não só no início do seu ministério, mas também por volta dos 10 anos de caminho missionário, é um desafio para a Congregação, acompanhar e ajudar os membros mais jovens no seu crescimento e renovação pastoral, humana e espiritual, como Espiritanos.

### 2.3 PROPOSTAS

- a) Durante o período de formação, os futuros missionários espiritanos devem possuir os seguintes valores essenciais:
  - Paixão pela missão;
  - Um equilíbrio saudável entre actividades apostólicas, trabalho intelectual e oração;
  - Desejo de trabalhar e colaborar com leigos (cf RVE 101).
- b) Em todas as etapas da formação inicial, os candidatos terão acesso a uma compreensão holística da nossa vocação religiosa missionária e do modelo de identidade e liderança sacerdotal ao serviço do povo de Deus.
- c) Todos os responsáveis das comunidades de formação devem fazer um relatório anual ao(s) superior(es) e ao Coordenador de Formação da Casa Geral sobre como as dimensões humana, espiritual, comunitária, pastoral e académica são promovidas e integradas no programa de formação.
- d) Deverá haver uma preparação adequada dos formadores, para que eles possam transmitir o carisma e a espiritualidade da Congregação aos futuros missionários.
- e) Criem-se condições humanas, intelectuais, espirituais, religiosas e comunitárias específicas que permitam aos estudantes desenvolver os seus dons e talentos dados por

Deus. Isso deve acontecer tanto na etapa de formação inicial como durante a formação contínua.

- f) Deve haver mais harmonização da formação na Congregação e a centralização do segundo ciclo deve ser acelerada para ajudar à interculturalidade e à internacionalidade.
- g) As áreas a serem cobertas pelo Programa de Formação incluirão, entre outros assuntos:
  - JPIC;
  - Sexualidade humana;
  - Protecção dos menores;
  - Prestação de contas.
- h) A formação deve incluir capacitação no diálogo inter-religioso, bem como o estudo da religião popular dos povos com quem trabalhamos.
- i) Na medida do possível, a Estágio Missionário deveria ser feito na circunscrição para onde o confrade partirá posteriormente em nomeação missionária.
- j) Incentivar a promoção das vocações Espiritanas.
- k) Avaliar o programa de formação de Irmãos.
- l) A crise de abuso sexual clerical chamou a atenção para as questões subjacentes de responsabilidade, transparência e clericalismo. É essencial promover, como componente essencial da formação, a visão eclesial delineada pelo Papa Francisco, um caminho sinodal, em que os fiéis sejam corresponsáveis e que toda a forma de clericalismo seja combatida de forma decidida.
- m) Assim como para os confrades no ministério, o acompanhamento tem de estar disponível para todos os confrades em formação.
- n) O Capítulo considerará as necessidades de formação permanente e definirá as suas diferentes etapas e requisitos. Cada Circunscrição elaborará um programa de formação permanente.
- o) Os confrades devem ler e manter-se informados sobre as publicações da Congregação que estão disponíveis na seção ‘Colecção Espiritana’ no site da Universidade de Duquesne.

### 3. A COMUNIDADE INTERCULTURAL PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA

*“Somos chamados, em Cristo, a viver a nossa vocação espiritana em comunidade. A Congregação tomou como regra fundamental a vida comum. Todos os seus membros sempre viverão em comunidade.”* (RVE, 27)

*“Vindos de diferentes culturas, continentes, países e horizontes, somos reunidos pelo Espírito de Pentecostes numa grande comunidade: a Congregação. Diversidades culturais são recebidas como riqueza e a nossa unidade é testemunha da reconciliação em Cristo.”* (RVE, 37)

*“A fraternidade é o primeiro e mais credível evangelho que podemos contar. Somos convidados a humanizar as nossas comunidades.”* (Congregação para Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, Carta Circular para Consagrados/as, 2 de fevereiro de 2014).

#### 3.1 CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

- a) As nossas comunidades são cada vez mais internacionais, interculturais e intergeracionais (Bagamoyo 4.5). A missão espiritana é, de muitas maneiras, vista num contexto intercultural.
- b) A interculturalidade é um elemento constitutivo importante para se viver hoje em dia a identidade espiritana, porque “a proclamação do Evangelho está sob o signo da encarnação” num lugar e num tempo marcados por uma cultura (RVE, 16).
- c) A mobilidade humana, tão característica do mundo contemporâneo, reforça a urgência de estar em sintonia com a interculturalidade. Esta tornou-se essencial no testemunho e no compromisso missionário espiritanos.
- d) A interculturalidade e a comunidade intercultural são feitas com pessoas de várias pertenças: nacional, étnica, familiar, sócio-cultural, estilo de formação, província, etc. Cada um é marcado por essas pertenças como plano de fundo. Ao mesmo tempo, somos chamados a fazer um verdadeiro encontro, diferença e diversidade, num processo de transformação de convivência e conversão.
- e) Questões de recursos materiais e financeiros desiguais entre confrades alimentam a dinâmica do poder dentro de uma comunidade.
- f) O encontro e a descoberta do outro, de outro país, de outra cultura, de outro modo de viver uma fé comum podem suscitar muitas questões e incertezas.
- g) Uma interculturalidade comunitária frutífera é acolhedora e respeitosa com os outros e com suas capacitações. Celebra a diversidade, exige verdadeira lucidez e precisa de ser preparada e acompanhada.
- h) A comunidade que acolhe um confrade, deixa-se levar pelos seus hábitos para uma nova presença por um recém-chegado? Ela se deixa desafiar nas suas certezas e no seu modo de viver e fazer?
- i) Como tranquilizar os confrades que sentem que o seu estilo de vida está a ser desafiado ou ameaçado pela heterogeneidade, alteridade ou diversidade cultural?

- j) Como acompanhar, apoiar e orientar sem paternalismo os confrades que chegam a uma comunidade ou missão, para que possam descobrir a cultura local, a vida na sociedade, as orientações pastorais em vigor e os desafios missionários sem muito choque?
- k) Como articular o nosso estilo de vida e nossos desejos em relação aos valores da liberdade do indivíduo e sua subjetividade, em certas sociedades que buscam maximizar experiências (mesmo experiências limites), florescer, ter mais meios e recursos? Podemos nos encontrar sem a bússola confiável de uma fraternidade benevolente?
- l) A interculturalidade bem vivida pode ser um sinal de fraternidade universal e catolicidade. É uma verdadeira expressão de *Cor unum et anima una*, porque sublinha a força do testemunho de uma comunidade internacional num mundo marcado pelo medo do outro, conflitos e suspeitas de todos os tipos. Uma comunidade intercultural testemunha que a convivência fraterna é possível.

### 3.2 PROPOSTAS

- a) Como seres humanos e missionários, é necessário que busquemos incessantemente o encontro e os intercâmbios culturais nas nossas comunidades. A internacionalidade deve ser considerada e apresentada como um valor positivo que também envolve desafios. Num mundo em que a ascensão dos populismos e dos nacionalismos descarados está a emergir e, diante da globalização que lança para fora do caminho, devemos abraçar a interculturalidade pelo que é: um elemento fundamental da vida e espiritualidade espiritana.
- b) Reflectir em profundidade as questões da convivência intercultural para garantir a eficácia da interculturalidade durante os anos de formação inicial, com foco no estágio missionário noutra cultura (RVE, 136.1), continuando após a formação inicial.
- c) Dar boas-vindas e aceitar outros nas nossas comunidades interculturais como irmãos e irmãs e não tentar assimilá-los. Dar tempo e espaço àquele que recebemos na comunidade.
- d) Esforce-se para criar um ambiente na comunidade que promova um clima de confiança e auto-realização.
- e) Reflecta-se sobre a importância de se preparar para a nomeação missionária. Isso permitiria ao jovem confrade perceber melhor o contraste entre as suas aspirações e a realidade da missão. É necessária uma mente aberta para o encontro com o outro.
- f) Reafirmando a internacionalidade e a interculturalidade como parte integrante da cultura e do *ethos* espiritano: o DNA de nosso viver juntos enquanto espiritanos.
- g) Reafirmamos nosso compromisso com a prática da verdadeira vida comunitária intercultural como testemunha na missão e num mundo globalizado, mas que tende a se afastar-se cada vez mais do outro.
- h) Desenvolver uma espiritualidade do encontro, acolhimento, caminho, acompanhamento e reconhecimento. Poderíamos nos inspirar no evangelho dos discípulos de Emaús (Lc 24,13-33).



- i) Formar-se melhor para o trabalho em equipa para neutralizar e resolver conflitos. Incentivar uma cultura de discurso aberto, correção fraterna, partilha de vida, releitura de experiências, perdão e reconciliação nas nossas comunidades.
- j) Com base nos documentos dos Capítulos Gerais sobre Internacionalidade e Vida Intercultural, desenvolva-se uma política para combater preconceitos, clichês e racismo latentes ou manifestamente expressos, percebidos ou reais.
- k) Reconhecer e identificar as tensões existentes entre as culturas maioritária e minoritária, nas relações Norte-Sul, entre jovens e idosos, num processo de verdade e reconciliação.
- l) Abordar serenamente e objetivamente questões de equidade e igualdade na comunidade. Os recursos financeiros e materiais disponíveis para os confrades terão que ser revistos em termos de equidade, enquanto se monitoriza a dinâmica do poder dentro de uma comunidade e em conexão com o JPIC.
- m) Reafirmar as disposições do Guia de Formação Espiritana sobre a aprendizagem de línguas na formação inicial (GFE 5.1, RVE, 141.2). Assegure-se de que os confrades designados tenham tempo suficiente para aprender a língua, a cultura, os hábitos e as especificidades do local de inserção e não se forcem muito rapidamente para assumir responsabilidades pastorais.
- n) Conduzir e aprofundar uma reflexão sobre pensar, agir e conviver efetivamente em todos os níveis da Congregação.
- o) Proporcionar os meios para pensar e sistematizar a recepção, acompanhamento e apoio dos confrades que chegam / vivem numa comunidade com membros de diversas origens.
- p) Buscar sempre as condições necessárias para uma presença frutífera na vida pastoral e missionária, bem como questões eclesiológicas de interculturalidade e internacionalidade na comunidade.

## 4. ESPIRITUALIDADE PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA

*“Além de procurar esclarecer uma visão e uma estratégia para a missão espiritana em resposta aos sinais dos tempos em que vivemos, é igualmente importante redescobrir a espiritualidade missionária que sustenta e dá vida e significado a tudo o que nós fazemos”.* (John Fogarty, Superior Geral, mensagem de Pentecostes 2019).

### 4.1 ANIMAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE ESPIRITANA

Reconhecemos a necessidade de fomentar uma identidade espiritana mais forte e um sentido de pertença, entre os membros, em todas as etapas da vida de pertença à Congregação. Desde as primeiras etapas da formação inicial, os formadores devem apresentar, aos formandos, os fundamentos da nossa espiritualidade, os nossos fundadores, a história e o carisma da Congregação e ajudá-los a aprofundar o seu conhecimento nesta área, ao longo da sua vida espiritana. Os superiores têm, também, um papel fundamental na animação da circunscrição, no acompanhamento das comunidades de formação, na organização de retiros e na organização da formação permanente sobre a Espiritualidade Espiritana.

O Conselho Geral e a administração têm um papel importante na animação e na exposição clara da nossa espiritualidade e carisma espiritano, não só para poderem apoiar e ajudar os confrades em situações difíceis, mas também para os alertarem para o perigo do ativismo e outros comportamentos problemáticos, suscetíveis de preencher o vazio da vida. Contudo, sem a colaboração ativa dos superiores maiores e dos responsáveis pelas comunidades de formação inicial, a Casa Geral não pode fazer muito. Por isso, é necessário investir mais em pessoas preparadas, especialmente superiores e formadores, para que possa haver um sentido de pertença e um compromisso comunitário.

### 4.2. PROPOSTAS

- a) Que um confrade, com especial responsabilidade na animação da Espiritualidade Espiritana, seja incluído na Casa Geral, num plano renovado dos serviços da mesma, para que promova a sinergia entre as áreas de responsabilidade desta animação e uma colaboração mais estreita com o Conselho Geral.
- b) É preciso encorajar a nova geração de membros para que conheçam os fundadores, a história e o carisma da Congregação. Sendo um assunto prioritário, o Conselho Geral trabalhará com os superiores das circunscrições para melhor escolher e formar os confrades, nesta área. Uma dessas possibilidades seria o financiamento de cursos a pessoas mandatadas para fazer um Mestrado em espiritualidade e depois passar mais um ano aprofundando seu conhecimento em fontes Espiritanas (Programa de Estudos Espiritanos em Duquesne ou programa de estudo orientado nos arquivos em Paris, etc.).
- c) O Conselho Geral deve propor um plano para a formação permanente dos superiores e do pessoal responsável pela formação, particularmente nas áreas onde trabalham os espiritanos. Uma possibilidade é aproveitar as reuniões da União, para fazer a formação sobre a Espiritualidade Espiritana.
- d) O CG incentivará a partilha de informações, colaboração e trabalho em equipe entre os centros espiritanos (Duquesne, Silva, Rennes, Ardracan, Sainte Croix, etc.),

particularmente na partilha de fontes espiritanas e programas de formação nas diferentes línguas e programas (ICOF).

- e) Em cada circunscrição deve ser dada especial atenção à celebração das festas espiritanas, às datas marcantes e importantes da nossa história, à organização de eventos envolvendo membros que trabalham fora da circunscrição, à partilha de experiências missionárias com confrades da congregação.
- f) A nossa história fundamental é parte de uma continuidade que não pode ser deixada de lado sob o pretexto de adaptação ou de atenção aos sinais dos tempos.
- g) A exemplo de Pe. Libermann, reconhecemos a importância da *união prática* e oramos diariamente com os rostos que encontramos, bem como com as alegrias e tristezas de nossos contemporâneos. Portanto, a nossa espiritualidade é nutrida pelos eventos vividos nos nossos locais de inserção missionária.
- h) A espiritualidade é o coração da nossa vocação espiritana. É o Espírito que dá vida (João 6,63), por isso a nossa espiritualidade é dar vida e afirmar o dom de todo o povo de Deus.
- i) Redescobrir o significado e o valor de '*Cor unum et anima una*' nas nossas vidas pessoais e na comunhão que existe na nossa Congregação.

#### **4.3 AVANÇAR NA REFLEXÃO DA ESPIRITUALIDADE PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA**

- a) Dar mais importância à espiritualidade de nossos fundadores e suas vidas na nossa missão e trabalho pastoral.
- b) Dar mais valor à cultura espiritana.
- c) Não se esquecer da espiritualidade que sustenta nosso compromisso com o JPIC e nossa presença com os migrantes.
- d) Motivar as novas gerações de espiritanos a estudar a história e a espiritualidade de nossos fundadores.
- e) Enfatizar a importância dos retiros comunitários e da oração como formas de fortalecer a nossa espiritualidade diante da tentação do ativismo.
- f) Aprofundar a dimensão da oração e contemplação na nossa vida religiosa missionária.

## 5. NORMAS PROFISSIONAIS / ÉTICA PARA O MINISTÉRIO CONTEMPORÂNEO

*“Todos nós somos chamados a testemunhar concretamente a fé em Cristo nas nossas vidas e, em particular, no nosso relacionamento com os outros”* (Papa Francisco, Motu Proprio, ‘*Vos estis lux mundi*’, 9 maio 2019).

### 5.1 CONTEXTO

- a) Existe uma crescente conscientização em toda a Congregação de que o abuso sexual clerical é uma questão global, mas ainda existem bolsas de resistência e negação. No entanto, isso não significa negar a quantidade considerável de trabalho já realizado nessa área.
- b) O escândalo de abuso na Igreja começou com as revelações de abuso sexual, mas agora inclui abusos de poder, abuso espiritual, bullying, abuso financeiro, abuso de consciência, etc.
- c) Bagamoyo denunciou uma crescente “diocesanização” da Congregação, que pode levar a um maior individualismo e isolamento entre os confrades. O Papa Francisco está a alertar-nos contra o clericalismo (entre religiosos, clérigos e leigos). Estes demonstraram ser factores na formação de comportamentos abusivos.
- d) Alcançar os mais altos padrões éticos no ministério e na missão exige documentos políticos claros, com diretrizes para implementação e sanções por infração.
- e) É preocupante notar que novos casos de abuso (financeiro, sexual etc.) ainda estão a surgir na Congregação.
- f) O estabelecimento de grupos que incluam homens e mulheres competentes nas circunscrições provou ser um apoio valioso para a nossa vontade firme de viver uma autêntica vida religiosa que seja fiel ao Evangelho. Exemplos desses grupos são comitês financeiros, grupos de protecção, grupos de mediação, etc.

### 5.2 PROPOSTAS

- a) Lidar com questões de abuso financeiro, protecção de crianças e adultos vulneráveis e assédio em todas as etapas da formação inicial e contínua.
- b) Se formem pessoas competentes (confrades ou associados) para enfrentar problemas de abusos ou negligências financeiras, sexuais ou outros.
- c) Que se esteja atento às questões de protecção de dados e ao armazenamento de informações confidenciais.
- d) Necessidade de actualização contínua de nossos procedimentos de protecção.
- e) Que se aprenda com as experiências das Províncias do Norte sobre questões relativas à protecção de menores.
- f) É necessário destacar a presunção de inocência de confrades acusados de crimes.
- g) Que se esteja atento aos problemas de racismo e tribalismo dentro da Congregação.

- h) Que se mantenha um equilíbrio entre rigidez excessiva e flexibilidade excessiva. A prudência é um bom padrão ético.
- i) Atenção e cuidado a ser dado aos confrades vulneráveis ou em situações delicadas.
- j) É necessário reajustar a questão das sanções internas para os confrades considerados culpados de negligência.
- k) Introduzir o termo *delinquência* nos textos da Congregação.
- l) Todos os candidatos à vida espiritana serão avaliados psicologicamente.
- m)Necessidade de formar mais confrades em finanças, contas e administração de negócios.
- n) Estabelecer a obrigação de circunscrever o acompanhamento de vítimas de abuso por espiritanos, em espírito de justiça restaurativa.
- o) Todos os casos de atividade criminosa na Congregação serão relatados às autoridades civis.

## 6. AS FINANÇAS PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA

*“A nossa abordagem da temática das finanças funda-se na simplicidade do estilo de vida, colocando em comum tudo o que recebemos ao serviço da nossa vida apostólica (RVE 65,71,72) e da solidariedade entre as circunscrições e dentro destas (RVE 70.1, 72.4). Reafirmamos estes princípios, particularmente o da solidariedade, que queremos reforçar. Para consegui-lo, um clima de confiança é necessário. Tal clima só pode ser alcançado pelo rigor na nossa gestão financeira e prestação de contas, e um maior grau de supervisão e intervenção do Conselho Geral e dos conselhos de circunscrição’ (Bagamoyo 5.1).*

### 6.1 RESULTADOS E DESAFIOS

- a) As finanças estão no coração da nossa missão, do nosso compromisso missionário com os pobres, do nosso viver juntos em comunidade, do funcionamento comum de nossas circunscrições e dum entendimento saudável do voto de pobreza. Sem finanças, é difícil falar e imaginar realisticamente de uma missão, seja ela qual for: sem dinheiro, não há missão (*No money, no mission*)!
- b) Algumas circunscrições têm mais recursos que outras. As circunscrições mais pobres geralmente não têm meios para viver (seguro de saúde, pensões, alimentos e bebidas, compra e manutenção de veículos, prédios e outros bens) ou para cumprir a sua a missão (formação, projetos, funcionamento ordinário da circunscrição etc.)
- c) Até ao momento, a solidariedade financeira na Congregação baseou-se em contribuições das circunscrições através de ajuda direta, gabinetes de solidariedade CESS / Kibanda, SOMA (EUA), IODO (Irlanda), Sol Sem Fronteiras (Portugal) e pelos diferentes fundos da Casa Geral (Cor Unum, fundos apostólicos, fundos de emergência, fundos de pensão, etc.). No entanto, a autonomia financeira de muitas circunscrições nem sempre é garantida. A solidariedade financeira por si só não é suficiente para preencher o que está em falta. Além disso, as fontes de receita do hemisfério norte estão a secar. Precisamos de encontrar fontes alternativas (locais ou outras).
- d) Observa-se e até se deplora uma má administração, opaca e até irresponsável dos bens da Congregação, bem como desfalques financeiros, a recusa de pôr em comum e a falta de rigor na contabilidade, sem que isso tenha consequências para os confrades implicados.
- e) As boas práticas nos negócios e na sociedade civil de uma gestão rigorosa que permita aos órgãos civis, estatais ou eclesiais verificar as nossas finanças, sem que fiquemos envergonhados, não entraram ainda suficientemente dentro dos costumes Espiritanos em todas as circunscrições e comunidades.
- f) Poucos confrades são formados nos princípios e práticas de contabilidade e gestão. Muitos ecónomos das circunscrições e gestores de projeto parecem não ter recebido formação sólida e profissional proporcional às suas responsabilidades nas áreas de administração e finanças, controle, planeamento estratégico, gestão de portfólio, investimento e captação de fundos.

- g) Há uma necessidade urgente de restaurar o espírito de *Cor Unum*, colocando a honestidade, a transparência e a obrigação de prestar contas no coração da reflexão, da prática e partilhas sobre bens e finanças (Actos 4,32-35).
- h) A circulação de dinheiro líquido nas nossas comunidades e nas nossas obras pode incentivar a não transparência e a prática da ‘caixa negra’ (saco azul) e do desfalque.

**6.1.1** As seguintes perguntas devem agora ser seriamente consideradas e respondidas:

- Quais os recursos estão realmente disponíveis para garantir a sustentabilidade da nossa missão no mundo contemporâneo?
- Quais projetos foram implementados para garantir os meios financeiros necessários?
- Que medidas precisam ser tomadas para uma maior autonomia financeira nas comunidades, circunscrições e Congregação?
- Como esses objetivos são concretizados?
- Que factores económicos ou sociopolíticos impedem que as nossas circunscrições tenham meios suficientes para os seus projectos missionários?
- Que atitudes pessoais e espirituais devem ser adotadas para uma gestão financeira ética e transparente?

## **6.2 PROPOSTAS**

- a) Respeitar e aplicar rigorosamente as “boas práticas” reconhecidas, ou seja, “procedimentos relacionados com as transações financeiras nas circunscrições, diretrizes de investimento, apresentação e votação de orçamentos” (Bagamoyo 5.3 .1), em ligação com as disposições do RVE 173.3.
- b) Use-se, tanto quanto possível, as contas bancárias declaradas para todas as transações financeiras para facilitar a verificação das movimentações de fundos.
- c) Estabelecer aconselhamento financeiro nas circunscrições e na Congregação e fornecer um roteiro claro para a sua missão.
- d) Solicitar pessoas qualificados para ajudar no planeamento estratégico eficaz e na monitorização do projeto.
- e) Não dissociar questões financeiras de questões de desenvolvimento em geral e da JPIC. Analisar essas perguntas com as ferramentas contemporâneas apropriadas.
- f) Refletir sobre a implementação de uma maior solidariedade financeira e missionária dentro da Congregação, bem como de práticas de solidariedade mais respeitadas nas circunscrições financeiramente mais fracas. Garantir a equidade no acesso aos recursos.
- g) Sempre que possível, implemente-se um plano e *software* contabilísticos comuns para todas as circunscrições.
- h) Implementar uma política sólida e projetos de auto-suficiência para garantir autonomia financeira. Deliberar sobre como ajudar as jovens circunscrições a adotarem as melhores práticas de investimento para garantir a auto-suficiência.
- i) Buscar meios alternativos e novas fontes de financiamento (investimento em atividades económicas, obras geradoras de rendimento, doadores e benfeitores,

trabalho remunerado, imóveis ou investimentos financeiros) que sejam eticamente responsáveis. O Gabinete Central de Desenvolvimento (GCD) pode desempenhar um papel importante nas iniciativas a serem tomadas.

- j) Integrar contabilidade e gestão nos nossos programas de formação inicial e contínua.
- k) Destacar o forte vínculo entre as finanças, o voto de pobreza e a ética da responsabilidade pelos bens que nos são confiados - incluindo a preocupação com o meio ambiente, a “casa comum” - e da qual todos somos administradores (Gn 1,28-30, Gn 2,15).
- l) Cultive-se ainda mais a solidariedade intra-congregacional. Explore-se a possibilidade de um investimento financeiro conjunto, uma parceria entre circunscrições.
- m) Passe-se da descentralização para a centralização financeira no nível da Congregação, de acordo com o espírito do nosso lema *Cor unum et anima una*.
- n) Tenha-se maior transparência sobre nossos balanços.
- o) Envie-se atempada e regularmente o relatório de projetos financiados aos organismos financiadores.
- p) Que os bens imóveis alienados pelas províncias sejam colocados à disposição e administração da Casa Geral. Reveja-se a prática de algumas províncias de transferir as suas propriedades para a igreja local ou para as autoridades civis, enquanto a missão e a presença espiritual continuam na região.
- q) Cultive-se o espírito de “sobriedade feliz” e um estilo de vida correspondente ao voto de pobreza solidária.
- r) Distinguir entre o que pertence a obras não espirituais (paróquias, outras instituições) e o que pertence à comunidade espiritual.
- s) Estabelecer uma linha de orçamento comunitário ou de circunscrição para a solidariedade (RVE 71.1, Bagamoyo 5.7).
- t) Insista-se na transparência, rigor, profissionalismo e ética na gestão financeira.
- u) Use-se meios estatais e civis (polícia, justiça criminal) em casos de desfalque e irresponsabilidade financeira (Bagamoyo 5.3.6, RVE 265, 267, Cân 694).



## 7. ORGANIZAÇÃO PARA A MISSÃO CONTEMPORÂNEA

*“Para cumprir a sua missão e construir a comunhão interior, a Congregação se dispõe de várias estruturas ...” (RVE 151).*

### 7.1 CONTEXTO

- a) Os compromissos prioritários da Congregação, apesar de um certo nível de reforço nos últimos anos, permanecem frágeis e ainda não experimentaram a estabilidade desejada em Bagamoyo.
- b) Uma estrutura descentralizada, como as saídas hoje à Congregação, requer uma visão e comunhão de espírito comuns entre a Administração Geral e os Superiores Maiores. Esse nem sempre é o caso e pode levar a problemas no discernimento e no cumprimento das prioridades da missão e pode dificultar o papel efetivo da liderança no acompanhamento dos confrades.
- c) Os capítulos de circunscrições são mantidos em um ritmo diferente do dos capítulos gerais. Isso pode levar a uma falta de coerência e significado entre os dois. De fato, as decisões e orientações dos Capítulos Gerais são frequentemente negligenciadas pelos capítulos locais, levando à desconexão e dissonância dos capítulos e assembleias da Congregação. O mesmo problema se aplica aos mandatos dos Superiores Maiores de três anos renováveis por uma vez, enquanto o Conselho Geral é eleito por um mandato de oito anos.
- d) Pode haver falta de discernimento e candidatos adequados no processo de nomeação dos Superiores Maiores. O processo também pode estar repleto de outras tensões que podem interferir e prejudicar a integridade do resultado.
- e) As Uniãos de Circunscrições são uma instituição relativamente nova na Congregação, mas que em alguns casos espelham a existência anterior de fundações. Há uma apreciação variada de seu funcionamento e utilidade. Não é hora de avaliar o seu funcionamento?
- f) O Conselho Geral teve dificuldade em encontrar confrades adequados e competentes para os serviços da Administração Geral e que refletem a diversidade e a constituição da Congregação.
- g) A Congregação possui um rico patrimônio e história que devem ser confiados aos arquivos. No entanto, deve-se notar que muitas circunscrições não possuem recursos adequados para o armazenamento de arquivos com o risco de a Congregação perder parte de sua rica herança e impedida de contar a história de seu empreendimento missionário.
- h) Enquanto vivemos um tempo de comunicação rápida, observamos que ainda somos desafiados em nosso desejo de nos comunicarmos adequadamente entre si e com o mundo.

### 7.2 PROPOSTAS

- a) O capítulo deve dar mais atenção às questões de governança assim como deveria o Conselho Geral.

- b) Devolver alguns dos Conselheiros Gerais para as regiões da Congregação. Que se tenha uma pequena equipe de conselheiros residentes em Roma.
- c) Avalie-se a política relativa à nomeação de funcionários para a Administração Geral.
- d) Elabore-se uma política de Congregação sobre proteção de dados.
- e) Padronize-se o logotipo da Congregação e elabore-se uma Carta Gráfica comum.
- f) Desenvolva-se um plano profissional para se envolver com a mídia convencional.
- g) Promova-se um diálogo mais aberto e honesto sobre a integração Norte e Sul em nossa missão global.
- h) Reavalie-se a missão e as funções das Uniões de Circunscrições.
- i) Manter e reenergizar a organização existente da Congregação nas Províncias e Grupos, bem como manter a união das Circunscrições.
- j) Avance-se para uma maior centralização da Congregação.
- k) Avalie-se a multiplicação de circunscrições.
- l) Dê-se à Congregação uma estrutura adequada que elimine a realidade das circunscrições pobres e fracas.
- m) Eleger líderes que são construtores de pontes.
- n) Estender o mandato dos líderes a quatro anos para alinhá-los ao mandato do Conselho Geral.
- o) Necessidade de mais diálogo entre as Províncias e o Conselho Geral em relação às nomeações para as missões.
- p) As relações entre os confrades e sua província de origem devem ser favoráveis e incluir uma reflexão sobre as condições para chamar os confrades às suas províncias de origem.
- q) Cada circunscrição deve elaborar um roteiro para suas missões específicas e para a implementação de seu plano estratégico.
- r) Deveríamos buscar mais colaboração com outras Congregações e Institutos em relação a todos os aspectos da vida e missão da Congregação (por exemplo, projeto comum da missão, formação, aposentadoria etc).

## **8. REVISÕES PROPOSTAS À REGRA DE VIDA ESPIRITANA**

- a) **RVE 136.1:** Revisado para indicar claramente a PME é de 2 anos.
- b) **RVE 159:** Revisado para examinar novamente os critérios para pertencer a uma circunscrição, a fim de permitir que confrades em estudos sejam designados para a circunscrição em que estudam (cf. Diretório para a Organização da Congregação 2.10).
- c) **RVE 166:** Revisado para estender o mandato para 4 anos

## **B) CONCLUSÕES DAS REUNIÕES INTERNACIONAIS**

---

### **9. FORUM ESPIRITANO SOBRE O DIÁLOGO INTER RELIGIOSO Zanzibar, 3-9 de Dezembro de 2018**

#### **O MINISTÉRIO ESPIRITANO DE DIÁLOGO INTER RELIGIOSO**

##### **9.1 CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO MINISTÉRIO ESPIRITANO DE DIÁLOGO INTER RELIGIOSO**

Como Missionários Espiritanos, nós acreditamos que o Diálogo Inter Religioso – ou qualquer outra terminologia que traduz o encontro com as pessoas de outras religiões – é uma parte constitutiva da nossa Missão na Igreja (RVE 13.1; 15.3; 16.3). Da rica experiência dos nossos confrades comprometidos neste domínio emergem valores e atitudes que nós consideramos como características principais do ministério espiritano de Diálogo Inter Religioso. Ei-las:

- a) **O primado e a dignidade da pessoa humana:** Antes de mais, nós vemos os outros como seres humanos criados à imagem de Deus. São nossos irmãos e irmãs. No seguimento de Cristo, reconhecemos o valor intrínseco da vida dos outros, em particular dos mais pobres e mais frágeis (RVE 4).
- b) **A Espiritualidade:** o nosso ministério de Diálogo Inter Religioso está enraizado na nossa Espiritualidade que coloca o acento sobre o facto de alimentar a sua força em Deus, pelo serviço apostólico, a contemplação na ação e a docilidade ao Espírito Santo. Ao mesmo tempo, a nossa Espiritualidade é posta em questão e aprofundada pelo diálogo com os outros e contribui para a nossa compreensão da teologia.
- c) **O serviço de todos:** somos missionários para todos e não somente para os católicos. Nós estamos ao serviço de todos ‘os que os têm mais necessidade’ e ‘os mais oprimidos’ (RVE 4).
- d) **A coragem:** temos a coragem de enfrentar novos desafios e de contrariar o pensamento pré-estabelecido na nossa própria família religiosa e/ou eclesial.
- e) **A abertura:** aceitando a diferença do outro, saímos ao seu encontro, onde ele estiver.
- f) **A disponibilidade:** Estamos prontos a responder aos novos desafios (RVE 25).
- g) **A escuta:** Daremos tempo à escuta do outro com a vontade de conhecer melhor as realidades locais, a cultura, a língua e a fé das pessoas (RVE 16.2; 30.1).
- h) **A solidariedade:** quer nos bons momentos, quer nos tempos de violência, estamos com as pessoas e somos fiéis a elas (RVE 16.2; 30.1). A elas manifestamos a nossa simpatia com toda a simplicidade.
- i) **Perseverança:** Não abandonamos e somos persistentes.

## 9.2 PROPOSTAS PARA O CAPÍTULO GERAL DE 2020

### 9.2.1 DIÁLOGO INTER RELIGIOSO E FORMAÇÃO

#### 9.2.1.1 Formação Inicial

- a) O Conselho Geral e os superiores das circunscrições estarão atentos para que em todas as Casas de Formação haja cursos e seminários sobre o conhecimento das Religiões, a teologia do pluralismo religioso e o Diálogo Inter Religioso, orientados por pessoas que tenham uma experiência concreta de diálogo com outras tradições religiosas. Os programas de estudo propostos aos estudantes devem ser revistos de três em três anos.
- b) A partilha de experiências dos confrades que trabalham em contexto de Diálogo Inter Religioso será encorajada e sistematizada nas casas de formação. Os formadores e os estudantes serão igualmente encorajados a utilizar os meios modernos de telecomunicação (por exemplo, a videoconferência) para permitir uma interação com os confrades no terreno.
- c) No quadro da inserção pastoral dos estudantes em formação inicial serão propostas atividades de grupo para o diálogo.
- d) O Conselho Geral vigiará o cumprimento das diretivas do Guia para a Formação Espiritana por parte das circunscrições que diz que o estágio deve ser feito num lugar culturalmente diferente do da cultura do estudante (RVE 136.1). As circunscrições devem ajudar os estudantes a reler a sua experiência de estágio de um ponto de vista teológico (RVE 136.4).
- e) Os formadores e os professores das casas de formação devem encorajar e ajudar os estudantes de teologia a fazer as suas teses de fim de curso no âmbito do Diálogo Inter Religioso, interagindo com os confrades que trabalham nesse mesmo contexto.
- f) As comunidades de formação devem identificar as oportunidades de Diálogo Inter Religioso na sua área de residência (RVE 30) e convidar representantes de outras tradições religiosas para partilhar as suas experiências com eles.

#### 9.2.1.2 Formação Contínua e Especializada

- a) Antes de chegar a um contexto que exige diálogo com outras Religiões, os confrades nomeados deverão seguir um curso de curta duração sobre essas Religiões em centros apropriados especializados em Diálogo Inter Religioso (por exemplo o IFIC de Bamako no Mali e o DAR COMBONI no Cairo - Egipto). Os confrades devem estar preparados para a situação pastoral na qual irão trabalhar.
- b) As circunscrições fornecerão uma formação contínua sobre o Diálogo Inter Religioso e a consolidação da paz a todos os seus membros, e não só aos que vão trabalhar nesses contextos. As instituições espiritanas de ensino superior, onde elas existirem, serão utilizadas para oferecer este tipo de formação.
- c) Os confrades espiritanos têm necessidade de uma formação sólida sobre os fundamentos bíblicos do Diálogo Inter Religioso. Têm igualmente necessidade de saber o que os textos sagrados das outras tradições religiosas oferecem como recursos para o diálogo. Na medida do possível, serão convidados para a formação dos confrades especialistas de diferentes tradições religiosas.

- d) Os espiritanos já apaixonados pelo Diálogo Inter Religioso deverão ser encorajados e receber o apoio necessário da parte da Congregação. Deveremos identificar os confrades que podem fazer investigação neste domínio e arranjar-lhes bolsas de estudo.
- e) As formações especializadas sobre judaísmo, religiões tradicionais africanas, religiões indígenas, budismo, hinduísmo, estudos islâmicos e árabes, estudos chineses...devem ser planificados com um projeto específico prévio para que os confrades formados regressem à sua área de missão para investiram, a longo prazo, no domínio do Diálogo Inter Religioso. Cada união de circunscrições deverá ter, pelo menos, um confrade bem formado em Diálogo Inter Religioso, que poderá ajuda-la como formador especializado e facilitador. Para garantir a existência de confrades suficientes para esta tarefa, o Conselho Geral criará um fundo especial que fornecerá uma bolsa para a especialização de confrades nesta área de estudos.
- f) A Congregação tentará fundar uma nova comunidade num outro país árabe-muçulmano. Tendo em conta a importância da aprendizagem da língua árabe e do papel importante desempenhado pela Universidade Al Azhar no mundo muçulmano, deveríamos privilegiar o Egito.
- g) Um ministério de Diálogo Inter Religioso frutuoso exige a participação de todos os membros da comunidade eclesial local. Devemos utilizar todos os recursos disponíveis para formar os paroquianos, o pessoal das instituições eclesiais e os responsáveis das comunidades de forma sistemática com um programa organizado. Identificaremos, dentre eles, os que estão particularmente interessados pelo Diálogo Inter Religioso e os reuniremos em pequenos grupos para este ministério. Também encorajaremos os confrades a promover o diálogo com os outros na sua pregação e por ocasião dos eventos espiritanos (retiros, coleções, peregrinações, etc).

### **9.2.2 O DIÁLOGO INTER RELIGIOSO NA VIDA DAS NOSSAS CIRCUNSCRIÇÕES**

- a) Os confrades comprometidos no Diálogo Inter Religioso cumprem a missão confiada à nossa Congregação. Eles precisam de ser reconhecidos e de serem verdadeiramente sustentados e encorajados pelas suas circunscrições.
- b) Os superiores das circunscrições devem informar os seus membros da orientação da Congregação no que diz respeito ao Diálogo Inter Religioso. Este deve fazer parte do plano estratégico missionário de cada circunscrição.
- c) Os confrades que participam nas reuniões sobre o Diálogo Inter Religioso organizadas pela Congregação devem partilha-las com os membros da sua circunscrição. Nós encorajamos a partilha de experiências ao nível da comunidade e da circunscrição (capítulos, assembleia geral, etc) a fim de fixar a prioridade e de ponderar os meios adequados a dedicar-lhe. Os Leigos Associados Espiritanos devem, igualmente, estar implicados na reflexão sobre o Diálogo Inter Religioso ao nível da circunscrição.
- d) A fim de valorizar e promover o Diálogo Inter Religioso na nossa missão hoje, deve ser criado em cada circunscrição uma comissão para o Diálogo Inter Religioso. Cada circunscrição terá um coordenador neste domínio e, na medida do possível, cada União de Circunscrições terá, pelo menos, um centro ou gabinete de Diálogo Inter Religioso.

- e) Para perpetuar o ministério do Diálogo Inter Religioso, a Congregação lançará um apelo aos donativos a fim de financiar a investigação neste âmbito. Esta proposta permitirá estabelecer uma base de referência sobre o nosso conhecimento acerca do diálogo, aplicar os dispositivos, bem como visualizar os progressos realizados.

### **9.2.3 O MINISTÉRIO DO DIÁLOGO INTER RELIGIOSO NOS CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA**

#### **9.2.3.1 Trabalhar em Contextos de Violência**

- a) Muitos dos confrades vivem em contextos de conflitos e de violência ligados à religião. Enquanto espiritanos, somos chamados a tornar-nos os defensores dos que sofrem, que são aterrorizados e mesmo perseguidos (RVE 14). Ao mesmo tempo, devemos permanecer imparciais em relação aos grupos armados. Nós respeitamos o princípio da não-violência para evitar a armadilha da vingança. No interesse das vítimas, procuramos a justiça enquanto caminho para uma paz verdadeira e durável.
- b) Nós estudaremos as causas profundas das confusões ligadas à religião (RVE 14.1) e, com outros parceiros e instituições, nos esforçaremos por encontrar solução para essas situações, garantindo o desenvolvimento humano integral (educação, habitação, cuidados de saúde, etc) para todos os membros da comunidade, qualquer que seja a sua pertença religiosa.

#### **9.2.3.2 A Atenção dada aos Confrades**

- a) Nós reconhecemos que muitos dos nossos confrades que trabalham ou trabalharam nesses lugares marcados por conflitos violentos sofrem de traumatismos e crises pós-traumáticas. Eles precisam da ajuda de toda a Congregação. O Conselho Geral, em concertação com as circunscrições, identificará as pessoas afetadas por esses problemas psicológicos. Os superiores trabalharão com pessoas especializadas que podem acompanhar os confrades em situações de conflito e de tensões religiosas e organizar para eles um apoio psicológico no terreno e durante o período das férias no seu país.
- b) Os confrades psicologicamente afetados pela violência na sua área de missão devem passar um tempo suficientemente largo de férias para distender e se reequilibrar. Também deve ser previsto para eles um tempo de refontalização suficiente e regular.
- c) Nós encorajamos os confrades a não se isolarem, mas a falar com os outros membros da comunidade e da circunscrição, bem como haver uma participação comum no discernimento. Uma boa vida comunitária e um bom apoio (RVE 34; 39.2), assim como uma cooperação com a Igreja local e as outras congregações ajudarão os confrades no seu processo de restabelecimento.
- d) Os superiores da Congregação (Conselho Geral e superiores das circunscrições) ajudarão os confrades e as comunidades espiritanas nos lugares marcados por conflitos violentos a discernir se devem permanecer ou instalar-se noutra região.

### **9.2.4 ESTAR EM REDE E USO DE MEIOS ELECTRÓNICOS**

- a) Todos os centros de Diálogo Inter Religioso existentes onde trabalham os confrades devem ser identificados e desenvolver-se em rede. Nós encorajamos particularmente a criação de redes entre os centros da Ilha Maurícia e do norte dos Camarões.

- b) Em atenção ao carácter específico da nossa presença na Mauritânia, na Argélia e no Paquistão, haja uma coordenação única da missão espiritana nestes países.
- c) O ministério do Diálogo Inter Religioso exige a defesa dos direitos humanos, em particular, os direitos de todas as minorias religiosas e da liberdade de culto (RVE 12). Os confrades que trabalham no quadro do Diálogo Inter Religioso devem participar em sessões ou cursos sobre os direitos humanos e promove-los nas organizações internacionais colaboradoras (por exemplo a VIVAT Internacional) e outros institutos missionários ou religiosos.
- d) Após a experiência bem sucedida do Fórum Espiritano sobre o Diálogo Inter Religioso, realizado em Zanzibar em 2018, nós recomendamos que o Conselho Geral organize todos os quatro anos um encontro para os confrades que trabalham neste contexto.
- e) Respeitando o espírito do ‘exercício da prudência e da discrição esclarecida’ na maneira de utilizar os media (RVE 45; cf. Can. 666), nós utilizaremos as vastas oportunidades das tecnologias da comunicação (blogues, sites, redes sociais, emails, etc) para partilhar experiências a fim de servir melhor nos contextos de Diálogo Inter Religioso. Em particular, nós sentimos necessidade de criar um grupo nas redes sociais para todos os confrades que vivem e trabalham em situações de Diálogo Inter Religioso, como plataforma de conhecimento mútuo, de partilha de informações, experiências e documentação pertinente.
- f) O Conselho Geral constituirá nas três línguas oficiais da Congregação (Francês, Inglês e Português) uma base de dados para o ministério espiritano de Diálogo Inter Religioso, que será livremente acessível a todos os confrades.



## **10. COMISSÃO DE ESPIRITUALIDADE ESPIRITANA**

### **Roma 31 de Maio - 1 de Junho de 2019**

#### **PROPOSTAS PARA O CAPÍTULO GERAL, LICHEN 2020**

### **10.1 ANIMAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE ESPIRITANA**

A comissão reconhece a necessidade de fomentar uma identidade espiritana mais forte e um sentido de pertença, entre os membros, em todas as etapas da vida de pertença à Congregação. Desde as primeiras etapas da formação inicial, os formadores devem apresentar, aos formandos, os fundamentos da nossa espiritualidade, os nossos fundadores, a história e o carisma da Congregação e ajudá-los a aprofundar o seu conhecimento nesta área, ao longo da sua vida espiritana. Os superiores têm, também, um papel fundamental na animação da circunscrição, no acompanhamento das comunidades de formação, na organização de retiros e na organização da formação permanente sobre a Espiritualidade Espiritana.

O Conselho Geral e a administração têm um papel importante na animação e na exposição clara da nossa espiritualidade e carisma espiritano, não só para poderem apoiar e ajudar os confrades em situações difíceis, mas também para os alertarem para o perigo do ativismo e outros comportamentos problemáticos, suscetíveis de preencher o vazio da vida. Contudo, sem a colaboração ativa dos superiores maiores e dos responsáveis pelas comunidades de formação inicial, a Casa Geral não pode fazer muito. Por isso, é necessário investir mais em pessoas preparadas, especialmente superiores e formadores, para que possa haver um sentido de pertença e um compromisso comunitário.

#### **10.1.1 Propostas**

- a) Que um confrade, com especial responsabilidade na animação da Espiritualidade Espiritana, seja incluído na Casa Geral, num plano renovado dos serviços da mesma, para que promova a sinergia entre as áreas de responsabilidade desta animação e uma colaboração mais estreita com o Conselho Geral.
- b) É preciso encorajar a nova geração de membros para que conheçam os fundadores, a história e o carisma da Congregação. Sendo um assunto prioritário, o Conselho Geral trabalhará com os superiores das circunscrições para melhor escolher e formar os confrades, nesta área. Uma dessas possibilidades seria o financiamento de cursos a pessoas mandatadas para fazer um Mestrado em espiritualidade e depois passar mais um ano aprofundando seu conhecimento em fontes Espiritanas (Programa de Estudos Espiritanos em Duquesne ou programa de estudo orientado nos arquivos em Paris, etc.).
- c) O Conselho Geral deve propor um plano para a formação permanente dos superiores e do pessoal responsável pela formação, particularmente nas áreas onde trabalham os espiritanos. Uma possibilidade é aproveitar as reuniões da União, para fazer a formação sobre a Espiritualidade Espiritana.
- d) O CG incentivará a partilha de informações, colaboração e trabalho em equipe entre os centros espiritanos (Duquesne, Silva, Rennes, Ardbraccan, Sainte Croix, etc.), particularmente na partilha de fontes espiritanas e programas de formação nas diferentes línguas e programas (ICOF).

- e) Em cada circunscrição deve ser dada especial atenção à celebração das festas espiritanas, às datas marcantes e importantes da nossa história, à organização de eventos envolvendo membros que trabalham fora da circunscrição, à partilha de experiências missionárias com confrades da congregação.

## 10.2 A FORMAÇÃO PERMANENTE NA CONGREGAÇÃO

A formação permanente dos religiosos missionários e sacerdotes é de uma necessidade vital no mundo contemporâneo. Tanto a Regra de Vida Espiritana (142-147) como o Guia para a Formação Espiritana (76-106) fazem uma série de referências e dão orientações quanto à sua realização. Nos momentos de transição, quer da vida quer do ministério, deve ser dada uma atenção particular aos confrades. (cf. GFE 93). Consciente também de que muitos confrades podem encontrar sérias dificuldades, não só no início do seu ministério, mas também por volta dos 10 anos de caminho missionário, é um desafio para a Congregação, acompanhar e ajudar os membros mais jovens no seu crescimento e renovação pastoral, humana e espiritual, como Espiritanos.

### 10.2.1 PROPOSTAS

- a) 2.1. Que seja organizado pelo Conselho Geral, um curso de formação espiritana para todos os membros professos que tenham completado 10-12 anos de ministério, em ordem a uma atualização.
- b) 2.2 Que as Circunscrições sejam responsáveis pela organização de encontros de todos os confrades que tenham chegado ao fim dos seus primeiros 5 anos de ministério, com periodicidade anual ou bianual, por exemplo, como é a prática na UCE e na UCAL.

## 10.3 A FORMAÇÃO INICIAL NA CONGREGAÇÃO

*“Para que a formação seja eficaz, deve ser estritamente baseada numa pedagogia personalizada, não limitada a um programa de “tamanho único” em termos de valores, espiritualidade, horizonte temporal, estilo e procedimento”* (**‘Novo Vinho em Odres Novos’**, CIVCSVA, 2018, n.16). A formação inicial, portanto, não pode ser improvisada e exige um planeamento a longo prazo, assim como uma formação adequada para acompanhar os candidatos. Para ter um equilíbrio saudável no programa de formação, as dimensões espiritual e humana, especialmente nas fases iniciais do programa de formação, não devem ser sacrificadas devido às exigências académicas ou outras impostas aos candidatos. Como assinala a Congregação para o Clero, *“Uma espiritualidade correta e harmoniosa exige uma humanidade bem estruturada...”* e que *“a formação humana, sendo o fundamento de toda formação sacerdotal, promova o crescimento integral da pessoa e permita a integração de todas as suas dimensões* (**O dom da vocação sacerdotal, Ratio Fundamental Institutionis Sacerdotalis**, 2016, n. 93-94). Como existem diferentes formas de viver a vocação espiritana (sacerdote, irmão, LEA/ Leigos Espiritanos Associados), é importante que cada pessoa seja formada numa espiritualidade adequada à sua vocação.

### 10.3.1 PROPOSTAS

- a) A programação a longo prazo e a preparação dos confrades para o ministério da formação em todas as etapas, é da responsabilidade das circunscrições/uniões em

diálogo com o CG. A preparação dos formadores incluirá especial atenção/formação ao desenvolvimento humano e à espiritualidade da Congregação.

- b) A inclusão no programa espiritano interno de todas as comunidades de formação de uma seção sobre as dimensões humana e espiritual, por exemplo, dias específicos de estudo durante o ano académico e/ou durante as férias, possivelmente com a ajuda de um ou mais profissionais leigos formados em psicologia.
- c) Todos os diretores das comunidades de formação são responsáveis e fazem um relatório anual ao(s) superior(es) maior(es) responsável(eis) pela comunidade e ao(s) Coordenador(es) da Formação no Generalato, sobre como as dimensões humana, espiritual, comunitária, pastoral e académica são promovidas e avaliadas.
- d) Os candidatos em todas as etapas da formação inicial serão orientados para a vivência holística do nosso chamamento à vida religiosa missionária, chamados a ser modelo no trabalho, identidade sacerdotal e na liderança no meio do Povo de Deus.

## **10.4 LEIGOS ASSOCIADOS ESPIRITANOS**

O Guia para Leigos Associados Espiritanos tentou estabelecer uma visão e estrutura sobre a diversidade “daqueles que trabalham connosco e desejam ser associados” (RVE 24.3). É importante que os Leigos Espiritanos sejam preparados para viver o carisma e a espiritualidade da Congregação no contexto da vocação leiga e cristã, na Igreja e no mundo.

### **10.4.1 PROPOSTAS**

- a) Os programas de formação em espiritualidade espiritana, correspondentes às diferentes categorias de LAE, são essenciais (Guia para LAE 5.1).
- b) Respondendo às necessidades locais, a dimensão missionária deve ser enfatizada e pode assumir diversas formas, seja em colaboração com os Espiritanos professores, seja de forma independente.

## **11. ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMADORES**

### **Dakar 2019 – Recomendações**

#### **11.1 GUIA DE FORMAÇÃO ESPIRITANA (GFE)**

##### **11.1.1 CONSTATAÇÕES**

- a) O GFE continua actualizado e ajuda harmonizar a formação ao nível de toda a Congregação.
- b) Circunscrições e Comunidades de Formação não referem suficientemente ao GFE

##### **11.1.2 RECOMENDAÇÕES**

- a) Ter o GFE como um documento de referência para todas as atividades que dizem respeito à Formação inicial e contínua, e contextualizar o seu conteúdo em função da realidade da cada Circunscrição ou União. (cf. GFE 1)
- b) O Conselho Geral (CG) garantirá que cada circunscrição ou União produza um diretório de formação. As visitas dos membros do CG e os da equipa de animação da província ou do grupo às comunidades de formação serão também ocasiões para fazer o balanço da aplicação do GFE. Será enviada ao CG uma avaliação após Capítulo ou conselho alargado.
- c) O Conselho da Circunscrição e a equipa de formadores assegurarão que cada confrade e formando tenham uma cópia impressa ou eletrónica da GFE.
- d) Cada ano, a equipa de formadores organizará uma sessão de iniciação ao GFE.

#### **11.2 OS FORMADORES**

##### **11.2.1 CONSTATAÇÕES**

- a) O número de formadores é insuficiente em relação ao número de formandos.
- b) Alguns formadores nunca seguiram o curso de formação para formadores, enquanto que outros confrades que receberam esta formação não são nomeados ou se negam a trabalhar em comunidades de formação.
- c) Alguns formadores queixam-se que não receberam visitas dos Superiores Maiores dos seus candidatos.
- d) Alguns formadores não guardam confidencialidade das decisões tomadas pela equipa de formação. (cf. GFE 11.13).
- e) Muitas vezes há pouca comunicação entre formador e superiores.

##### **11.2.1 RECOMENDAÇÕES**

- a) O trabalho do formador deve ser a tempo inteiro. Seria muito importante entender a sua presença na casa de formação como uma nomeação missionária. Deve-se evitar a sobrecarga do formador com outras responsabilidades (GFE 11.9).

- b) O formador é o garante da identidade espiritana no seio de uma comunidade de formação. Deve usar toda a sua criatividade, sem esperar que a CG ou a equipa de animação da circunscrição tenham que intervir.
- c) A formação de formadores deve ser uma das prioridades do CG. Ao mesmo tempo, deve assegurar-se que aqueles que receberam esta formação irão trabalhar nesta área, após a conclusão dos seus estudos. Uma atenção particular será dada à formação de Mestre de Noviços para que cada Circunscrição ou União tenha sempre confrades que assumam a tarefa do Noviciado.
- d) O formador com experiência de internacionalidade e de interculturalidade estará mais capacitado para acompanhar os formandos. É preciso escolher como formador o confrade que tenha tido uma experiencia intercultural e internacional.
- e) Assegurar que a equipa formativa seja, tanto quanto possível, internacional e intercultural, sendo um dos membros originário do país ou da circunscrição.
- f) A formação permanente e o tempo de reciclagem/refontalização para formadores serão planeados.
- g) O Superior maior precisará, por escrito, o mandato do formador, por um período de 3 anos.
- h) Encorajamos os formadores a partilhar as atividades comunitárias e à adopção de um estilo de vida simples que ajude os formandos a descobrir o Carisma da Congregação.
- i) As comunidades de formação devem ser simples e atractivas.

### **11.3 AS COMUNIDADES DE FORMAÇÃO**

#### **11.3.1 Constatação**

- a) Algumas comunidades de formação não são suficientemente financiadas.

#### **11.3.2 Recomendações**

- a) As comunidades de formação devem ter um número razoável de formandos para que tal permita aos candidatos um discernimento eficaz.
- b) A fim de evitar uma obsessão com os diplomas e certificados académicos durante a formação inicial, insistimos numa formação espiritana integral, articulando as três dimensões seguintes: a cabeça (vida intelectual), o coração (vida humana, espiritual e emocional) e as mãos (trabalho manual) (cf. RVE 104; Ratio, 5).
- c) Os superiores devem visitar de maneira regular as Comunidades de Formação pelas quais são responsáveis.
- d) Nas comunidades de formação, deve-se avaliar cada responsabilidade confiada ao formando.
- e) A avaliação ou o discernimento sobre o formando se fará pela equipa de formadores e não somente por um formador.
- f) Devem-se promover momentos de encontro onde o formando se possa expressar livremente, por exemplo, em reuniões de comunidade, recreação etc,
- g) A fim de ajudar os formandos a se familiarizarem com outras línguas e culturas, as trocas de estudantes e de formadores entre as diferentes circunscrições são vivamente encorajadas.

- h) Se recomenda a utilização do logotipo oficial da Congregação nas comunidades de formação.
- i) Os superiores devem tomar a sério as comunidades de formação e comprometer-se com a ajuda financeira necessária para tal. (RVE, 105).

## 11.4 O CURSO DE FORMAÇÃO

### 11.4.1 Constatações

- a) Muitos factores ajudam o formando a despertar e a desenvolver a espiritualidade missionária: o testemunho dos formadores e dos confrades de passagem pelas casas de formação, a rotatividade dos cargos na comunidade, programação das conferências sobre a espiritualidade missionária, a diversificação dos lugares de inserção pastoral durante o tempo de formação inicial, e o envio para o estágio missionário, lá «onde a Igreja dificilmente encontra obreiros» (RVE, 4), a sensibilização sobre as motivações pessoais do formando, a maneira de falar ou de apresentar a missão, etc.
- b) Os documentos recentemente publicados pela Igreja sobre a formação (*Ratio Fundamentalis*; *Vinho novo, odres novos*, etc) vêm reforçar o trabalho dos formadores.
- c) A duração da formação para os candidatos ao sacerdócio parece ser muito longa (11-12 anos).
- d) Certas avaliações de formandos enviados aos superiores das circunscrições são superficiais. Algumas vezes, os relatórios preparados pelos formadores são ignorados pelos superiores e seus conselheiros.
- e) Nalgumas circunscrições, o mês espiritano de preparação para os votos perpétuos, parece-se com férias turísticas.
- f) A pastoral vocacional promove mais a vocação ao sacerdócio que dos irmãos.

### 11.4.2 Recomendações

- a) Assegurar que o acompanhamento vocacional e a formação ao nível das circunscrições estejam a orientar bem os candidatos à vocação missionária e religiosa.
- b) Que se faça com os candidatos uma releitura de todo o processo formativo, afim de que não se reduza apenas ao sucesso dos estudos académicos (RVE, 105.1).
- c) No que respeita ao mês espiritano, os Superiores das circunscrições ou uniões devem seguir um programa comum.
- d) Que se faça um programa comum do mês espiritano para a preparação dos votos perpétuos.

## 11.5 ESTÁGIO MISSIONARIO

### 11.5.1 Constatação

- a) Em relação ao de estágio missionário, alguns candidatos são enviados para comunidades de formação, utilizados como ‘chauffeurs’ ou ‘meninos de recados’ na casa principal. Muitos ficam entregues à sua sorte, sem acolhimento nem acompanhamento de nenhum confrade da circunscrição do lugar de estágio.

### **11.5.2 Recomendações**

- a) Preparar as comunidades e os confrades para acolher os estagiários. A circunscrição que os acolhe nomeará um confrade para os acompanhar.
- b) Recordamos que os dois anos de estágio devem ser numa cultura diferente da do candidato (RVE 136.1 e GFE 70). O estágio de um ano é uma exceção, não a norma.
- c) O estágio missionário será um momento propício para iniciar o confrade na gestão financeira e outras aptidões que possam servir à Congregação.

## **11.6 PROTEÇÃO DE MENORES E ADULTOS VULNERÁVEIS**

### **11.6.1 CONSTATAÇÕES**

- a) O abuso sexual de menores e adultos vulneráveis é um crime que tem um impacto duradouro na vida das vítimas. Algumas circunscrições não são poupadas a este tipo de abuso, que exige que a Congregação tome medidas apropriadas em relação aos seus perpetradores.
- b) Os confrades enfrentam uma espécie de dilema: por um lado, devem estar perto das pessoas; por outro lado, devem ser profissionais e respeitar as fronteiras, especialmente com menores e adultos vulneráveis.

### **11.6.2 RECOMENDAÇÕES**

- a) Na formação inicial, os formadores devem sensibilizar os formandos a estar atentos à questão de proximidade e distância numa relação pastoral que deve ser adequada e equilibrada.
- b) A desmistificação da sexualidade, a luta contra o clericalismo e a importância exagerada dada ao estatuto da vida religiosa, o conhecimento de si, a capacidade de cultivar relações sadias com as pessoas de ambos os sexos, a renúncia a atitudes e gestos ambíguos, darão credibilidade e confiança ao trabalho dos formandos.
- c) A Equipa de formação acompanhará a aplicação correta dos meios fornecidos pela Igreja Universal, pela Igreja particular e pela Congregação (Proteção dos menores; Proteção dos adultos vulneráveis) no que diz respeito à proteção de menores e adultos vulneráveis.
- d) Deve-se conhecer o ambiente social e familiar do candidato à vida religiosa espiritana.

## **11.7 PSICOLOGIA NA FORMAÇÃO**

### **11.7.1 CONSTATAÇÕES**

- a) A psicologia é uma das ferramentas indispensáveis no acompanhamento dos candidatos em formação.
- b) Nem todos os formadores têm conhecimentos suficientes em matéria de psicologia e não têm as ferramentas básicas necessárias.

### **11.7.2 RECOMENDAÇÕES**

- a) Que as circunscrições garantam a formação de formadores na área da psicologia.

- b) Que se faça uma avaliação psicológica do candidato antes da entrada no Postulantado bem como ao longo da formação inicial, se o formador o julgar necessário (cf. Ratio, 193).
- c) Que o conselho de circunscrição evite admitir no percurso formativo os candidatos que apresentem uma patologia declarada e latente (cf. Ratio, 191).
- d) Aplicar as instruções da Igreja e da Congregação aos candidatos e formadores que tenham uma tendência homossexual (Ratio n° 199-201).

## **11.8 DÍALOGO INTERRELIGIOSO NA FORMAÇÃO**

Nós, os formadores, partilhamos as orientações finais do encontro de Zanzibar 2018 sobre o diálogo inter-religioso.

## **11.9 JUSTIÇA, PAZ E INTEGRIDADE DA CRIAÇÃO (JPIC)**

### **11.9.1 Constatações**

- a) A RVE contém passagens que indicam claramente o compromisso da Congregação nas questões de JPIC (RVE 4, RVE 11, RVE 12, RVE 14, RVE 18.1, RVE 24, RVE 71). Além das diretrizes do serviço JPIC da Conselho Geral e do GFE, há também um programa de formação em JPIC elaborado pela União das Circunscrições de África do Este (UCEAF).
- b) A implantação das nossas missões espiritanas em ambientes pobres é um testemunho para os formandos que hão de entender que a JPIC deve estar no centro da nossa reflexão e acção.

### **11.9.2 Recomendações**

- a) Que o serviço JPIC da Casa Geral dê a conhecer a toda a Congregação o programa de formação UCEAF sobre a JPIC para que possa ser adaptado ao contexto missionário em que se encontra cada comunidade de formação.
- b) Como recomenda a ‘Laudato Si’, recolher papéis que ficam no pátio, criar e manter o espaço verde no nosso ambiente de vida, são pequenos gestos que iniciam o formando na preservação da criação.
- c) A questão da justiça começa logo pela maneira como tratamos o nosso pessoal empregado. Estaremos atentos para que o seu salário e condições de trabalho sejam de acordo com a justiça que nós queremos promover e com as leis do trabalho do País.

## **11.10 COMPETÊNCIAS EM GESTÃO FINANCEIRA, LIDERANÇA E PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO**

### **11.10.1 OBSERVAÇÃO**

- a) Algumas das nossas comunidades de formação têm muito pouco ou nada no seu projecto sobre competências de gestão financeira, de liderança e projetos de desenvolvimento.
- b) A RVE contém passagens que indicam claramente o compromisso da nossa Congregação em matéria de desenvolvimento, que está no coração da nossa missão de evangelização: *“Contamos como partes constitutivas de nossa missão de*



*evangelização: a “libertação integral” das pessoas, a ação pela justiça e pela paz, e a participação no desenvolvimento. Por isso devemos fazer-nos “defensores dos fracos e dos pequenos contra todos aqueles que os oprimem”.* (Regul. de 1849; N.D. X, 517)

- c) O Papa Francisco também nos lembra os requisitos para a missão na “*Evangelii Gaudium*”: “*Do coração do Evangelho vemos a profunda conexão entre evangelização e promoção humana, que deve necessariamente encontrar expressão e desenvolvimento em toda a obra de evangelização*” (EG 178).
- d) O estabelecimento das nossas comunidades e missões espiritanas nos contextos de extrema pobreza exige que nos envolvamos cada vez mais com as pessoas onde trabalhamos para o desenvolvimento humano.

### **11.10.1 RECOMENDAÇÕES**

- a) Que as competências de gestão financeira, liderança, responsabilidade e gestão de projetos de desenvolvimento sejam parte obrigatória do nosso programa de formação.
- b) Desde a formação inicial, os candidatos espiritanos deverão familiarizar-se com os problemas do desenvolvimento através de cursos, sessões de formação e prática regular no contexto em que vivem.
- c) Os futuros Espiritanos chamados a esta vocação serão ajudados a aprofundar a sua formação no desenvolvimento dentro das estruturas formativas existentes.
- d) O Gabinete Central de Desenvolvimento (GCD) colocará à disposição de todas as comunidades formadoras uma documentação completa sobre tudo o que possa ser aprofundado na área do desenvolvimento.
- e) O GCD poderá oferecer formação específica aos estudantes durante a formação.
- f) O GCD pode também oferecer formação sobre a questão do auto-financiamento de projectos.

## **11.11 AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (NTIC) E AS REDES SOCIAIS**

### **11.11.1 CONSTATAÇÕES**

- a) As NTICs são instrumentos de trabalho e são, hoje, um meio de evangelização. Ajudam à investigação e mantêm os laços familiares e de amigos. Reconfiguraram o tecido das relações sociais. A sua utilização pode construir ou destruir a pessoa.
- b) Os formandos dominam melhor os NTICs que a maioria dos seus formadores.

### **11.11.2 RECOMENDAÇÕES**

- a) Os formadores facilitarão o acesso às NTICs e educarão os formandos no uso responsável dos mesmos.
- b) As circunscrições formarão os confrades no domínio das NTICs.
- c) No noviciado, deve-se ter cuidado para que o uso das NTIC não impeça a necessária ruptura com o mundo e nem ponha em causa a cultura da interioridade.
- d) Ligação em rede de todas as comunidades de formação para que os alunos se possam conhecer uns aos outros.

## **12. PROTECÇÃO DE MENORES E ADULTOS VULNERÁVEIS GRUPO DE REFLEXÃO**

### **PROPOSTAS PARA O CAPÍTULO GERAL 2020**

**27 e 28 de Maio de 2019**

O Grupo de Reflexão reconhece com gratidão que houve um progresso significativo nos últimos anos na área da Protecção.

#### **12.1 CÓDIGO DE CONDUTA**

Apesar das diferenças culturais, existe um “padrão comum” de conduta aplicável a todos os membros da Congregação. Esse padrão de conduta está articulado no Guia Espiritano para a Protecção de Menores e Adultos Vulneráveis. Todos os membros são responsáveis por manter esse padrão nas suas vidas pessoais e profissionais.

##### **12.1.1 PROPOSTAS**

- a) Cada circunscrição terá seu próprio código de conduta pelo qual cada membro da circunscrição será responsabilizado;
- b) Todas as pessoas directamente envolvidas com a nossa vida e ministério, em qualquer função, sejam Leigos Espiritanos, cooperadores ou voluntários, estão sujeitas aos mesmos padrões.

#### **12.2 PAPEL DA LIDERANÇA**

O papel da liderança em todos os níveis na área de Protecção é extremamente importante.

O Grupo Reflexão sobre a Protecção reconhece uma lacuna na cultura da Congregação, entre “teoria” e “prática”. O que professamos, o que articulamos como expectativa de liderança na Congregação, nem sempre se traduz em ação prática. Pedimos ao Capítulo Geral para examinar novas formas de formação de liderança, novas formas de responsabilizar os líderes pela vida de seus membros.

O papel da liderança comprometida e habilitada em práticas de Protecção é fundamental.

##### **12.2.1 PROPOSTAS**

- a) O Capítulo afirma claramente que o compromisso de Protecção é um requisito essencial para quem exerce a liderança na Congregação;
- b) Devem ser criadas estruturas para garantir a formação adequada dos superiores da Congregação na área da Protecção. Tais estruturas são essenciais para que as circunscrições sejam saudáveis e salutaras (workshops, formação on-line etc.);
- c) As reuniões anuais das Uniões devem incluir na sua agenda as questões da Protecção;
- d) Se as Uniões tiverem nomeado Responsáveis pela Protecção, esses membros participarão das reuniões anuais da União.

## **12.3 DELEGADOS PARA A PROTECÇÃO (SAFEGUARDING OFFICERS)**

A formação dos Delegados para a Protecção é reconhecida como uma força particular da Congregação.

### **12.3.1 PROPOSTAS**

- a) A Casa Geral continue comprometida com esta prática, assegurando o financiamento necessário para mantê-la;
- b) Cada União terá um Delegado para a Protecção nomeado e treinado;
- c) É necessário fornecer descrições claras das funções para o Delegado para a Protecção em cada União e Circunscrição e garantir o apoio financeiro adequado.

## **12.4 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DA PROTECÇÃO**

A publicação e revisão periódica das Diretrizes da Congregação para Protecção tem sido benéfica para os nossos membros. Garantir que esses documentos sejam conhecidos ampla e especificamente e “possuídos” pelos membros continua a ser um desafio.

### **12.4.1 PROPOSTAS**

- a) Que haja revisões e edições regulares das melhores práticas e cumprimento das leis civis e da Igreja;
- b) Com maior urgência, as Circunscrições que não possuam uma Política e Procedimentos de Protecção, preparem-nos nos seis meses seguintes ao Capítulo;
- c) Cada membro esteja familiarizado com as Políticas e Procedimentos na sua circunscrição e assine um documento informando que leu, entendeu e cumprirá.

## **12.5 FORMAÇÃO INICIAL E PERMANENTE**

A formação inicial e contínua na área da Protecção é crucial. É necessária uma maior atenção e equilíbrio nas diferentes dimensões da vida espiritana (intelectual, pastoral, humana, comunitária, espiritual).

### **12.5.1 PROPOSTAS**

- a) Ao longo da formação inicial, especialmente nas etapas iniciais, deve-se prever claramente o desenvolvimento humano e espiritual;
- b) Será dada especial atenção durante toda a formação ao potencial perigo de clericalismo e diferentes formas de abuso (sexual, espiritual, consciência, poder etc.);
- c) Estruturas devem ser implementadas para fornecer aos formadores as capacitações necessárias em proteger e discernir, particularmente nas etapas iniciais da formação;
- d) O compromisso com as práticas de protecção é um requisito para todos os formadores e quantos forem nomeados para cargos de responsabilidade nas comunidades de formação;

- e) No plano geral de formação contínua de cada circunscrição, deve-se prever a inclusão regular da formação sobre Protecção, bem como a atualização para todos os membros;
- f) O Capítulo incentiva a criação de redes de Delegados para a Protecção com o objectivo de partilharem recursos e informações.

## **12.6 GUIA ADMINISTRATIVO**

### **12.6.1 PROPOSTAS**

- a) O Guia Administrativo incluirá o seguinte:
  - Um rascunho do código de conduta para Circunscrições;
  - Um rascunho da descrição do trabalho para os Delegados para a Protecção.
- b) O Relatório de Pré-Visita deve incluir um resumo sobre o que foi feito no âmbito da Protecção e Menores e Adultos Vulneráveis.



CONGREGAZIONE DELLO SPIRITO SANTO  
CASA GENERALIZIA  
CLIVO DI CINNA 195  
00136 ROMA